

Introdução

Para falar da memória, faculdade humana que torna possível estabelecer um solo para o conceito de identidade, o qual é condição fundamental para que se estabeleça o conhecimento (seja no indivíduo, seja na coletividade), é necessário trazer à baila a questão do tempo. Assume-se a premissa de que a apreensão do tempo é *conditio sine qua non* para estabelecer valores compartilhados, intersubjetivos, o que constitui um arcabouço para a construção de tradições e abre um campo de questionamentos sobre as dimensões temporais que se abrigam sob a memória individual e coletiva.

Perguntar “o que é o tempo?” talvez seja hoje uma das fontes de investigação mais profícuas em muitos âmbitos de conhecimento (e.g., a física); para o enfoque que se propõe neste trabalho, isto é, percepções do tempo como um tema do patrimônio histórico e cultural, a pergunta poderia se desdobrar em duas subquestões: a) como percepções temporais afetam a memória e b) como a perspectiva de uma dimensão temporal sagrada se insere no problema.

Tendo como guia estes dois eixos de discussão, propõe-se um percurso investigativo que visa recuperar alguns postulados sobre a memória e as percepções mnemônicas na obra de Aristóteles e David Hume; após esta etapa, enfoca-se a análise de Eliade sobre alguns pressupostos estruturais do tempo com viés antropológico, apontando e questões para o debate da preservação da memória.

Memória, tempo e percepção

Buscando na filosofia grega o substrato teórico que abre a problemática da memória e do tempo, encontramos o tema exposto de duas formas diversas já em Platão e Aristóteles. Note-se que alguns destes

Assim, para dar das considerações sobre o tema, em Aristóteles encontram-se as seguintes proposições:

- Memória seria o armazenamento na mente de um determinado conteúdo.
- A memória é condicionada pela existência de um lapso de tempo, que se segue à experiência;

- A memória está ligada necessariamente aos sentidos, pois as percepções são a fonte das imagens geradas pelo exercício mnemônico;
- “A memória não é, portanto, nem sensação nem concepção, porém uma disposição ou afecção destas, em um interstício temporal.” (ἔστι μὲν οὖν ἡ μνήμη οὔτε αἴσθησις οὔτε ὑπόληψις, ἀλλὰ τούτων τινὸς ἕξις ἢ πάθος, ὅταν γένηται χρόνος) (ARISTÓTELES, 1984)
- A imagem, que é produzida pela faculdade mnemônica a partir de uma percepção anterior, é um lembrete daquilo que está representado nela e opera como um objeto da imaginação.

Ainda que permaneça a pertinência da abordagem de Aristóteles sobre a memória, cabem algumas ressalvas e notas sobre como os pontos abordados pelo Estagirita são compreendidos na atualidade; um primeiro ponto seria sobre a afirmação aristotélica de que a memória se referiria invariavelmente ao passado, isto é, que haveria forçosamente de existir uma apreensão pelo indivíduo de alguma mudança – isto é, transcurso de tempo – para que se pudesse distinguir entre passado e presente (pois do contrário não haveria como separar percepções presentes das lembranças - imagens geradas pelo exercício da memória).

De fato, pode-se objetar a este raciocínio que há conteúdos da memória organizados proposicionalmente que não pertencem ao passado, mas que são obtidos a partir de recursos mnemônicos sobre um presente mediato – assim, alguém pode se lembrar de um compromisso em horário posterior que ocorrerá no dia presente – ou mesmo sobre algo que deverá ocorrer no futuro – por exemplo, um aniversário que será festejado depois de amanhã. O que parece plausível dizer é que a faculdade da memória atuaria sobre conteúdos *adquiridos no passado*, mas estes por sua vez, podem se referir tanto ao presente ou ao futuro quanto ao passado.

Outro ponto se referiria à terminologia que atualmente é adotada para falar sobre questões ligadas à aprendizagem e memória, buscando uma precisão maior de conceitos; assim, Aristóteles considera uma distinção entre o que se denomina “lembrança”, isto é, o retorno de uma percepção à mente depois de transcorrido um certo decurso de tempo (no jargão atual, lembrar em sentido ocorrente) e a “memória”, ou seja, a existência potencial de uma informação armazenada pelo cérebro (lembrar em sentido disposicional). Aqui importa

observar que a posicionalidade da informação armazenada parece constituir-se em dado relevante para compreender como funciona o mecanismo da faculdade mnemônica.

De modo resumido, a abordagem aristotélica da memória na obra analisada se propõe responder três aspectos do funcionamento da mesma: a) como são armazenados os dados pela memória; b) como a mente acessa um determinado dado que foi armazenado e c) que relação é estabelecida entre o dado armazenado e o evento que o originou. Tais questões são tratadas hoje, respectivamente, como o problema da armazenagem da informação, da recuperação da informação e do caráter representacional dos dados na memória.

É pertinente observar que as classificações propostas por Aristóteles permanecem relevantes, ainda que o caráter mecanicista de suas explicações já tenha sido superado. Desta forma, quanto ao problema da armazenagem, para o Estagirita esclarece-se por meio da analogia com a cera o operar da memória: assim como um selo de metal deixa sua marca na cera macia, as sensações captadas pelos sentidos (percepções) produzem na memória uma *marca* semelhante ao objeto percebido:

*“O movimento que se produz **imprime**, de fato, como que uma certa marca do estado perceptivo, como aqueles que selam com os anéis”.* (ARISTÓTELES, 1984: 450a30ss)

Caracteriza-se, pois, um mecanismo de semelhança como responsável pelas operações mnemônicas (a imagem na memória é semelhante à percepção assim como esta é semelhante ao objeto percebido).

Sobre a questão da recuperação da informação, ou como uma lembrança é acionada pela mente, Aristóteles apresenta o mecanismo da associação entre percepções e lembranças; assim, o movimento de uma percepção traz o movimento da lembrança. Contudo, se os sentidos são passivos com respeito às percepções (são afetados por elas), o mesmo não ocorre com a memória, pois o indivíduo, além das recordações ativadas pelas percepções, também é capaz de acionar a função mnemônica de forma positiva, pela volição.

Por fim, surge o problema das representações na memória, que está condicionado a um desdobramento, qual seja, como o indivíduo distingue entre uma lembrança e uma percepção presente. Neste caso, a resposta aristotélica está atrelada a uma indexação das lembranças pela da passagem do tempo, o que é consistente com a tese de que a memória é o órgão animal

responsável pela apreensão do tempo. Por outro lado, a recordação seria um tipo de raciocínio, pois envolveria uma mobilização das representações (imagens) na memória segundo o entendimento próprio do indivíduo, abrindo-se, assim, a dupla atuação da faculdade mnemônica: por um lado, o lembrar ($\mu\eta\mu\epsilon\varsigma$) é potência do sujeito para provocar movimento ou mudança em si próprio e por outro, a recordação ($\alpha\nu\alpha\mu\eta\sigma\epsilon$) é o ato de produzir um tipo de dedução (ARISTÓTELES, 453a4ss) tendo como fonte as representações da memória.

Convém assinalar nesta análise a marcante diferença entre a concepção platônica de anamnese, conectada à questão da metempsicose* (o que inclui a necessidade de uma dupla polarização do conhecimento entre lembrança e esquecimento) e o que se poderia, anacronicamente, denominar como “fiscalismo *avant la lettre*” de Aristóteles, como pode ser corroborado pela ressalva de que condições fisiológicas adversas responderiam por falhas na memória:

“Por isso, inclusive naqueles que, por causa de uma afecção ou da idade, estão em muito movimento, não se produz lembrança, exatamente como se o movimento e o selo caíssem em água corrente, enquanto noutros, por causa do desgaste, exatamente como as construções antigas, e por causa de uma dureza do que recebe a afecção, a marca não se produz”.(ARISTÓTELES, 450b5s)

Em estrita correlação com o tema da memória em Aristóteles, está a questão do tempo. Embora se trate de um elemento essencial para discutir a memória, sendo abordado com maior detalhamento nos livros III e IV da Física, para o percurso investigativo ora proposto interessa apontar apenas alguns aspectos da perspectiva aristotélica, sem empreender uma análise exaustiva da questão. Ressalte-se, pois, a compreensão de que o tempo é uma condição do movimento “qualificado”, já que implica algo que integra o movimento, mas que simultaneamente está além dele.

A compreensão da problemática do tempo também é trazida à baila nos livros III e IV da “Física” com o objetivo notar as peculiaridades que permitem a existência do movimento – para o qual concorrem outros elementos, como por exemplo, o infinito, o lugar e o vazio -

* Deve-se salientar que no caso de Platão, a doutrina da transmigração das almas (metempsicose) responde pela explicação sobre a origem do conhecimento situar-se em um plano que não é o sensível, alcançado pela alma antes da encarnação na matéria e posteriormente esquecido, mas com acesso possibilitado pela anamnese.

estabelecendo uma visão dialética das aporias que permeiam a compreensão humana sobre o passado, o presente e o futuro.

Tomando a própria passagem do tempo como objeto de investigação, abre-se um campo para analisar os fenômenos que lhe são conexos: as representações sociais do tempo, as memórias oriundas de experiências coletivas, a simbolização da eternidade e as analogias do passar do tempo com a geometria, como aparece no Livro VIII da Física:

“Pareceu-nos correto concluir que o movimento circular é uno e contínuo e que o retilíneo não o é. Para o retilíneo, com efeito, o começo, o fim e o meio são determinados e lhe são intrínsecos, de maneira que há para o movido um termo inicial e um termo final. [...] Para o circular, ao contrário, estes termos todos permanecem indeterminados”. (Aristóteles, 265 a 27b1).

Assim, a própria concepção da linearidade do tempo e de seus momentos anteriores, atuais ou posteriores remete a questão da percepção sensitiva e sua fixação pelos mecanismos da memória; até mesmo um pensamento que deseje ultrapassar este paradigma temporal-linear tem de se referir a ele para desenvolver outro modelo – seja no âmbito da física quântica, seja no da antropologia das religiões, apenas para citar dois casos de campo de conhecimentos que operam nos limites e aporias do tempo concebido linearmente.

Tendo repassado estas observações a respeito da visão de Aristóteles sobre o tempo e a memória, enquanto componentes que possibilitam o conhecimento, é possível examinar outra teoria sobre como se dá a cognição e a função mnemônica; para tal propósito, convém explicar que na epistemologia de David Hume encontram-se vários pontos de contato e interlocução com as idéias do Estagirita, razão pela qual cabe proceder a uma análise das teses do historiador e filósofo escocês sobre a problemática do tempo e da memória na produção do conhecimento.

Para iniciar a apresentação de algumas idéias de Hume sobre o papel da memória na construção de conhecimento pelo sujeito, deve-se ter presente que o contexto do empirismo aparece como perspectiva condicionante para o conhecimento, sendo bem expresso pela máxima aristotélica “nada há na mente que antes não tenha passado pelos sentidos” (ARISTÓTELES, De anima: 432a7-8). Assim, no “Tratado da natureza humana” (HUME: 2000) já se encontra assumida a defesa de tal posição teórica quanto às origens e condições do conhecimento, compartilhando também a posição de Berkeley sobre as idéias – estas seriam

apenas fenômenos da consciência subjetiva, originadas pelas percepções; o que equivale a dizer que o conhecimento que um indivíduo tem sobre as coisas é sempre uma função daquilo que ele percebe.

Como se lê no “Treatise of Human Nature”, a base de todo conhecimento possível, independente de que tipo seja, depende da capacidade dos sentidos comunicarem à mente afecções originadas por elementos externos ou internos ao sujeito; assim, a definição de percepção assenta-se em alguns pressupostos, quais sejam,

- a) que as percepções são qualificadas pela mente humana sob a forma de impressões e idéias;
- b) que a distinção entre impressões e idéias não é fundamentalmente de espécie, mas sim de graus de potência (HUME, 2000) para causar alteração no estado mental do sujeito (o que Hume denomina “força e vivacidade”);
- c) a mente realiza suas operações de raciocínio sobre o que é fornecido pelas percepções, e para tanto lança mão de algumas faculdades que lhe são estruturalmente inerentes, isto é, o entendimento, a imaginação e a memória;
- d) a possibilidade da mente reproduzir uma impressão sensorial que já tenha experimentado fica a cargo da memória e da imaginação, as quais, do mesmo modo que foi estabelecido no caso da distinção entre impressões e idéias, geram representações mentais da impressão experimentada em diferentes graus de força e vivacidade.

Assim, em termos de comparação da questão da memória em Aristóteles e Hume, apresenta-se uma similaridade de compreensão das funções e natureza da faculdade mnemônica, ficando explícito no caso da epistemologia humeana a participação da memória nos mecanismos que sustentam a construção do conhecimento; em ambos encontra-se a visão de que não se trataria de um componente sensorial, mas antes seria algo inerente ao arcabouço cognitivo do sujeito.

Tanto a formulação aristotélica quanto a versão que Hume propõe apontam para uma conexão indissociável entre percepção do tempo e exercício da memória, incluindo-se aí uma questão dupla: a busca da compreensão de conceitos de finitude e sucessão de instantes temporais (própria da física) e do conceito de identidade individual, em termos psicológicos e ontológicos.

TEMPO SAGRADO: COSMOS E CAOS

Chega-se, pois, ao ponto de discussão enunciado no início destas considerações; se para o funcionamento da faculdade mnemônica é essencial apreender o tempo, o que por sua vez permite que se fale em identidade (isto é, uma permanência de um modo de existir ao longo de uma certa duração que é reconhecida pela mente), como se dá o advento de uma dimensão sagrada na memória?

Trata-se, ao fim e ao cabo, de tentar explicar também como surge a consciência histórica, pois o que medeia a questão foi exaustivamente exemplificado por Mircea Eliade em sua obra “Cosmo e História”.

Eliade parte do exame das sociedades tradicionais e suas relações com a temporalidade, com a vivência coletiva da experiência do passar do tempo para compreender que nestas sociedades trata-se de retirar aspectos essenciais da vida do âmbito da efemeridade, da impermanência representada pela marcha inexorável de Cronos; isto é feito pela repetição dos momentos carregados de significado do ser em rituais, práticas, saberes e fazeres que reproduzem momentos arquetípicos de criação.

Desta forma, o tempo que conta para o indivíduo e o coletivo ao qual pertence não é o simples escoar das horas em atividades prosaicas, mas aquele em que, revestindo-se a si próprio e aos demais membros da sociedade com modelos de ação primordial, criadora, dá-se o fenômeno da irrupção de um “tempo perfeito” (porque desprovido da finitude e do vazio) no cotidiano.

Este padrão das sociedades tradicionais traduz-se em cosmologias que enfatizam a existência de uma concepção temporal que organiza a percepção pessoal e coletiva em torno da repetição, da circularidade, do ciclo que sempre volta a se abrir após uma “conclusão” que jamais será definitiva. Mesmo entre os filósofos gregos esta noção permaneceu: Aristóteles, no seu “De coelum” afirma que o movimento perfeito advém das esferas celestes, e por excelência é circular. O círculo é a imagem da perfeição, nele todos os instantes são absolutamente iguais e o movimento não termina nunca, pois não se pode dizer que exista um fim ou um começo. O ser encontra-se completamente garantido, a existência livre da ameaça saturniana.

Tal compreensão do tempo seria, pois, a chave para entender como o sagrado se abrigaria em dimensões mentais do sujeito e nas produções coletivas através de um processo que é mnemônico por excelência, já que estabelece semelhanças entre vivências de caráter mítico, a serem periodicamente repetidas, com a finalidade de dotar de ordem, de transformar em cosmo uma realidade adversa que é em si mesma uma ameaça ao subsistir do sujeito e da sociedade.

Conforme Eliade:

“O desejo sentido pelo homem das sociedades tradicionais, no sentido de recusar a história, e de confinar-se a uma infinita repetição dos arquétipos, esteja nos dando o testemunho de sua sede pelo real, e seu terror pela 'perda' de si mesmo, deixando-se dominar pela falta de significado da existência profana”. (ELIADE, 1992: 81)

Cumpra observar no trecho citado o significado de “realidade”; real é participar de um tempo “divino”, que é pura existência sem interrupções, em um sentido absoluto e perfeito. O tempo histórico, profano, linear e infinito não passa de ausência de identidade, de perda do ser; seu devir é sempre irreal, nela nada se encontra assegurado em termos de existência e permanência. O tempo histórico é o tempo da morte sem retorno, do triunfo do nada, do vazio, do não ser.

Será tautológico afirmar que neste paradigma das sociedades arcaicas o fenômeno da morte assume uma feição de mistério revelado pelo eterno retorno? Talvez; mas o que não parece ser tão óbvio é o que acontece com esta dimensão mental do sagrado, em que a circularidade do tempo organiza as experiências e dá significado a elas, quando advém a consciência histórica e o tempo passa a ser concebido com a linearidade infinita de momentos sucessivos.

De várias formas e em diversos campos do saber este fenômeno é explicado, nomeado, rotulado, mas talvez seu mais conhecido formato seja como passagem do mito ao logos: é a senha pela qual se abriu a via que desemboca na sociedade ocidental contemporânea, tão carente de significados para realidade que produz sem cessar representações nostálgicas de algo que está em desaparecimento: a dimensão mental em que seria possível instaurar um sentido de totalidade.

MEMÓRIA E HISTÓRIA: A GUIA DE (IN)CONCLUSÃO

Ao final deste percurso, permanece o problema: há possibilidade de se construir significados para restaurar o cosmos na história? Como se pode desfazer a contradição, que de certa forma foi brilhantemente colocada como metáfora por Walter Benjamin, ao propor a leitura do famoso quadro de Klee? O que contrapor ao niilismo e cinismo pós-modernos?

Creio que uma esperança (talvez) seja ainda a resistência das manifestações materiais e imateriais que qualificamos como patrimônio; Fantasia continua ameaçada pelo Nada, e há que ter coragem para dar-lhe o nome que resgatará a dimensão mental de nossa identidade: este é o território que permanece sagrado e misterioso, “no imenso palácio da memória” – local onde há um encontro marcado com o meu eu.

Referências Bibliográficas

- ADORNO, T. W. *Ästhetisk Theorie*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1.998.
- _____. *Minima moralia. Reflexionem aus dem beschädigten Leben*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1.997.
- ARISTÓTELES. On memory and recollection. J. Barnes , ed., *The Complete Works of Aristotle: The Revised Oxford Translation*, Princeton: Princeton University Press, 1984.
- BENJAMIN, W. *Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política*. 4ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988.
- CONILL, J. *El crepúsculo de la metafísica*. Barcelona: Editorial Anthropos, 1.988.
- DUARTE, R.. *Mímesis e racionalidade*. São Paulo: Loyola, 1993.
- ELIADE, M. *O mito do eterno retorno ou cosmos e história*. São Paulo: Mercúrio, 1992.
- _____. *Ferreiros e alquimistas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- GAGNEBIN, J. M. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 2.000.
- HUME, D. *A Treatise of Human Nature*. U.K.: OUP, 2000. Edited by David Fate Norton and Mary J. Norton.